

Um campo com direitos:

A luta das mulheres agricultoras e rurais

Berta Santos

Dirigente da MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais

Senhoras e Senhores Agricultores,

Caros Dirigentes da CNA,

Senhores Convidados,

Permitam-me dar início a esta pequena comunicação, começando por saudar a CNA pelos seus 45 Anos. 45 Anos de Luta em Defesa dos Pequenos e Médios Agricultores! Em defesa da Agricultura Familiar Portuguesa! Em defesa de um Mundo Rural Vivo! Uma forte e especial saudação às Mulheres Agricultoras e Rurais que, ao longo destes 45 anos juntamente com as Filiadas, tiveram um importante papel na luta da CNA. Aqui, reafirmamos à CNA: conta sempre connosco.

Sras. Agricultoras, Srs. Agricultores,

Senhores Convidados,

Hoje, como nos últimos 45 anos, não são raras as vezes em que nos questionamos:

O que produzir?

A quem vender?

E a que preço?

Questões centrais que assolam as Mulheres que todos, todos os dias colocam o pão nas nossas mesas.

Um Portugal agrícola que se identifica como resiliente, moderno e disruptivo, mas que não concretiza os direitos de quem trabalha a terra e não garante a segurança e a qualidade alimentar das populações e a Soberania Alimentar do País.

Os preços pagos à produção são baixos, mesmo com ligeiras subidas, mas que, feitas as contas, não compensam o aumento especulativo de tudo o que precisamos para produzir. Os preços dos factores de produção continuaram a aumentar, nomeadamente no acesso à terra, nos combustíveis, nas rações, nos fertilizantes ... Poderá dizer-se que, em muitas situações, se continua a “pagar para trabalhar”.

Quem se aguenta no sector são as mulheres que de uma forma expressiva lutam, diariamente, para garantir o rendimento das explorações e das famílias camponesas.

Não esquecendo que o trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é muito invisibilizado e por isso muito precarizado. O Recenseamento Agrícola (2019) indica que as mulheres representam 33% dos produtores singulares, maioritariamente no Norte, Centro e na Madeira, onde domina o minifúndio, a Agricultura Familiar.

Nós, mulheres agricultoras e rurais, denunciámos, nestes 45 anos de existência da Confederação, que as políticas não foram alteradas, pelo contrário, fortaleceram o apoio ao grande agronegócio. Por exemplo, durante a pandemia fechavam-se os canais de escoamento da produção agrícola familiar, com o encerramento de restaurantes ou hotéis, de feiras e mercados. Ao mesmo tempo o Ministério da Agricultura privilegiava a conversa com as cadeias da grande distribuição.

Não obstante a dura vida de trabalho no campo esta prolonga-se já para além da idade da reforma, por amor à terra e à família. Como dizia uma amiga em Viseu numa ronda de conversas ao abrigo do projecto “Para além do Amor”: “É que a produzir sabemos o que comemos, mesmo que saia mais caro”.

E por falar na reforma, depois de uma vida de trabalho, com oscilações no rendimento da família, são poucas as agricultoras que têm direito a uma. É quase sempre a mulher que deixa de descontar e hipoteca o seu futuro. Por isso a nossa luta, a luta das Mulheres Agricultoras e da sua Organização, a MARP, por um regime de segurança social especial, no âmbito do Estatuto da Agricultura Familiar.

Não fossemos nós mulheres do campo, os problemas da ruralidade não se somariam.

Transportes, escolas, centros de saúde, cultura e outros serviços continuam a ser um problema ou uma ausência. É desigualdade na vida, e a igualdade na lei.

Não aceitamos que continuem a não existir médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde nos centros de saúde. Muito menos aceitamos que a tendência seja o seu encerramento.

Não aceitamos que os transportes sejam suprimidos consecutivamente e que uma deslocação à vila mais próxima fique mais cara do que necessitamos de comprar. Não raras vezes temos de nos deslocar de táxi.

Não aceitamos que as nossas crianças, por terem de andar dezenas de quilómetros, estejam a condenar o seu futuro. As escolas no campo são um direito e uma necessidade. Temos o direito a crescer, viver e aprender no campo.

Temos mais de mil razões para lutar pelos nossos direitos e não podem esperar. São estas razões que nos levam à Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres no Porto, a 4 de Março, e em Lisboa, a 11 de Março.

Lutamos pelo direito a uma vida digna, sem desigualdades, sem discriminações e sem violências que nos amarram e impedem que a igualdade seja uma realidade.

Lutamos para continuar a viver nas nossas aldeias e vilas. Somos vida, somos o ânimo do Mundo Rural. Somos a força que alimenta as populações, em Portugal e em todo o Mundo.

Viva a Agricultura Familiar e o Mundo Rural Vivo!

Viva a CNA e as suas filiadas!

Coimbra, 26 de Fevereiro de 2023